

Conselho do FMI aprova acordo

Primeira parcela, de US\$ 5,3 bilhões, pode ser sacada imediatamente e uma segunda, no final de fevereiro

Maria Helena Tachinardi, de Washington

Depois de cerca de sete horas de reunião, a diretoria executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou, ontem, créditos de US\$ 18,1 bilhões para o Brasil, dos quais US\$ 5,3 bilhões já estão disponíveis. Em comunicado à imprensa de sete páginas, incluindo uma tabela com projeções para a economia brasileira em 1999, o Fundo diz que uma segunda parcela, de US\$ 4,5 bilhões, poderá ser sacada no final de fevereiro, mas estará sujeita "à implementação de medidas fiscais chave" e à aprovação da diretoria executiva. Se quiser, o governo poderá antecipar o uso dessa tranche, desde que obtenha aprovação do "board".

Os dois outros desembolsos, de US\$ 1,8 bilhão cada, também sujeitos a revisões do cumprimento das metas do programa de ajuste fiscal, estão previstos para 31 de maio e 31 de agosto de 1999, podendo ser antecipados para 1º de março e 1º de junho. Cerca de US\$ 12,7 bilhões serão fornecidos a juros mais altos do que os cobrados em empréstimos tradicionais do Fundo.

No conceito de "supplemental reserve facility" (SRF) ou linha de suplementação de reservas, o Brasil pagará 4,75% de juros anuais mais um acréscimo de 3%. Até o final do ano que vem, US\$ 15,7 bilhões estarão à disposição do País.

O programa aprovado ontem pelo conselho do FMI prevê um monitoramento da economia brasileira por três anos. O governo brasileiro poderá ter acesso ao restante do apoio financeiro do Fundo em bases trimestrais, começando com US\$ 755

milhões, depois do dia 28 de fevereiro próximo.

O FMI informa que o New Arrangements to Borrow (NAB) pela primeira vez está sendo ativado para ajudar o Brasil. Os financiamentos no âmbito da SRF serão feitos com recursos de 21 países industrializados, que formam o NAB.

No total, o pacote financeiro de apoio ao ajuste fiscal soma cerca de US\$ 41,5 bilhões, dos quais US\$ 14,5 bilhões de um grupo de países industrializados e US\$ 9 bilhões do Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), metade cada um.

No comunicado, o Fundo men-

ciona que os principais elementos do programa são um forte esforço de ajuste fiscal na primeira metade de 1999, com o objetivo de conter o rápido crescimento da dívida do setor público; a manutenção do atual regime cambial; uma política monetária firme de apoio ao câmbio; e reformas estruturais amplas.

As taxas de juros continuarão "relativamente altas", declinando um pouco no primeiro semestre do ano que vem e mais acentuadamente no final do ano que vem. A previsão do FMI é de queda de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 1999. Índices de crescimento econômico de 3% e 4% são esperados para 2000 e 2001, respectivamente.

A meta para o ajuste fiscal prevê superávit do setor público equivalente a 2,6% do PIB em 1999, 2,8% em 2000 e 3% em 2001. O endividamento do setor público deverá cair para 4,7% do PIB no próximo ano, 3% em 2000 e 2% em 2001.

O Fundo faz ainda outras projeções para a economia brasileira no próximo ano: inflação de 2%; exportações de US\$ 57,6 bilhões; importações de US\$ 54,8 bilhões; déficit em conta

corrente de US\$ 26 bilhões (equivalente a menos 3,6% do PIB); e investimentos diretos estrangeiros de US\$ 18,8 bilhões. O comunicado do Fundo Monetário Internacional também menciona as reformas estruturais brasileiras.

Governo brasileiro poderá antecipar o uso dessa tranche, mas para isso deverá obter a aprovação do "board" do Fundo